



A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E COMBATE AO ÊXODO RURAL NO BRASIL

Ana Beatriz Rocha Moreno
Universidade Federal do Maranhão

Alice Amum Barbosa de Melo
Universidade Federal do Maranhão

João Vitor Carvalho Figueiredo
Universidade Federal do Maranhão

Resumo

Desde a instalação das primeiras escolas, a educação no cenário rural enfrenta desafios como a ausência de professores e estruturas adequadas e o difícil acesso por parte dos alunos, entretanto, além destes, o conteúdo trabalhado em sala de aula também exerce um papel decisivo na vida de estudantes assentados, quilombolas, ribeirinhas, caboclos, extrativista e outros. O propósito deste estudo consiste em analisar, de forma qualitativa, não somente a importância da educação do campo, mas também o seu processo de construção e, principalmente, os impactos que a ausência desta tem na continuidade das comunidades do campo. Desta forma, a partir dos suportes teóricos dos autores e educadores Paulo Freire, Mônica Molina e Antônio Castrogiovanni e as visitas de campo na Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos, situada no município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão e nos seguintes assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Abril Vermelho, localizado no município de Santa Bárbara do Pará, no Estado do Pará e Cristina Alves, também localizado no município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão foi possível concluir a importância da educação do campo para a construção dos processos de resistência e o papel fundamental que as comunidades desenvolvem na elaboração de um ensino específico para o campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Resistência. Êxodo Rural.

FIELD EDUCATION AS A FORM OF RESISTANCE AND FIGHTING RURAL EXODUS IN BRAZIL

Abstract

Since the installation of the first schools, education in the rural setting has faced challenges such as the lack of teachers and adequate structures and the difficult

access on the part of students, however, in addition to these, the content worked in the classroom also plays a decisive role in life of settled students, quilombolas, riverside, caboclos, extractivist and others. The purpose of this study is to analyze, in a qualitative way, not only the importance of rural education, but also its construction process and, mainly, the impacts that its absence has on the continuity of rural communities. Thus, based on the theoretical support of authors and educators Paulo Freire, Mônica Molina and Antônio Castrogiovanni and field visits in the Quilombola Santa Rosa dos Pretos Community, located in the municipality of Itapecuru-Mirim, in the State of Maranhão and in the following settlements of Movement of Landless Rural Workers (MST): Abril Vermelho, located in the municipality of Santa Bárbara do Pará, in the State of Pará and Cristina Alves, also located in the municipality of Itapecuru-Mirim, in the State of Maranhão, it was possible to conclude the importance of education the field to build resistance processes and the fundamental role that communities play in the elaboration of specific teaching for the field.

Keywords: Field education. Resistance. Rural Exodus.

INTRODUÇÃO

A elaboração de uma educação específica para o povo do campo é um direito que assegura a continuidade da vida campestre, entretanto, negar este direito afeta diretamente na construção das resistências de luta, trabalho e identidade. Desta forma, a ausência da educação do campo contribui para a reprodução de ideias que excluem o campo, o que ocasiona o êxodo rural.

Como consequência de mais de 300 anos de colonização, o campo brasileiro sempre foi visto como um lugar de poucas oportunidades, onde a educação não era necessária. Portanto, o direito ao ensino público meio rural não fez parte das primeiras Constituições Federais brasileiras. Quando finalmente ocorreu a instalação das escolas no campo, os obstáculos continuaram e são enfrentados até os dias atuais. A ausência de professores e estruturas adequadas, a distância e a dificuldade para chegar até a escola, fazem parte do cotidiano de muitos alunos do meio rural. Há ainda os desafios com o conteúdo trabalhado em sala de aula e suas consequências na vida de estudantes assentados, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, extrativista e outros.

O modelo de ensino eurocentrista, pautado na ciência europeia colonialista, racista e urbanocentrista do ensino tradicional não é adequado para a realidade dos alunos campestres brasileiros, haja vista que este fere a história, identidade e cultura dos povos do campo. Este modelo causa graves consequências para a continuidade das comunidades, pois a ausência de uma educação adaptada para as necessidades do campo resulta no êxodo rural. Desta forma, ao analisar a importância da educação do campo, é necessário que ocorra a promoção do debate dos impactos de sua ausência para o campo.

Segundo Molina (2011), o direito a uma escolarização especificamente camponesa surgiu do processo de lutas dos trabalhadores rurais e é uma das

formas de resistência para a manutenção de seus territórios, identidade e trabalho. Como resultado de todo esse processo surgiram o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) cujo objetivo principal é promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, propondo, criando, desenvolvendo, estimulando e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo, e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) que visa dar suporte a formação de educadores do campo. Portanto, a educação é uma das principais, senão a principal, estratégias de resistência, pois é através dela que ocorre a continuidade dos saberes tradicionais e o fortalecimento da identidade cultural de cada comunidade específica. Desta forma, o presente trabalho possui a finalidade de defender a educação do campo como forma de resistência e entender o quão imprescindível é que a formação dos alunos do meio rural seja feita por uma escola do campo, já que esta garante a manutenção da vida no campo.

A HISTÓRIA E AS LUTAS POR DIREITOS

Para falar de educação no Brasil, é necessário relembrar da sua história de colonização, exploração e escravidão e a partir de então, entender que a educação foi sinônimo de elitismo europeu durante séculos. Desde o seu “descobrimento”, até um pouco mais de 300 anos após, todo e qualquer ser humano que não se enquadrasse no padrão de homem branco, rico e europeu não era digno do conhecimento, portanto, escravizados, indígenas e pobres não possuíam o direito de acessar os sistemas educacionais, já que para plantar, colher e extrair não era necessário ler e escrever. A ideia de que o trabalho pesado não necessitava de estudos foi disseminado ao longo dos séculos, desta forma, educar o povo do campo nunca se tornou uma prioridade no Brasil.

As escolas no meio rural foram construídas tardiamente e para que o povo do campo pudesse ter acesso ao sistema educacional, era necessário migrar para os centros urbanos. Com o processo de industrialização no Brasil, a concepção de que poderia existir um futuro melhor fora do trabalho pesado das roças ocasionou um aceleração do êxodo rural. O sonho de uma mudança social acontecer a partir da educação e o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova iniciam, em 1930, um interesse voltado para o assunto da educação em geral. Após a década de 30, acontece a instalação das escolas do campo, entretanto, desconsiderando fatores de extrema importância como as relações sociais, as produções econômicas, culturais e outros. Além disso, grande parte das escolas constituídas no campo eram destinadas apenas para o processo de alfabetização, com poucas salas de aula e sem um planejamento pedagógico adequado que garantisse um trabalho efetivo acerca dos conteúdos, o que refletia na formação incompleta do aluno.

Fornecer educação pública e de qualidade a todos é dever do Estado, porém, este, ao longo da história brasileira, permaneceu omissos em relação a educação do campo, portanto, todo direito assegurado por lei que garante o acesso dos povos campestres a educação é fruto de anos de luta camponesa. Embora, o direito ao

ensino construído com base nas necessidades do campo tenha sido negado nas primeiras Constituições Federais brasileiras, a Constituição de 1988, atualmente em vigor, estabelece a obrigatoriedade do ensino fundamental para toda a população brasileira, permitindo o desenvolvimento da educação do campo, pois é a partindo deste princípio que surge a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, esta reconhece a necessidade de elaborar uma educação que respeite as particularidades do campo e proporcione autonomia para as instituições atuarem:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Ainda que a urgência de uma educação para o campo tenha sido reconhecida por meios legais, a luta dos povos camponeses continuou e segue até os dias atuais. Em 1997, os debates nacionais são iniciados com o Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA). Em 1998, a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo” desenvolve um importante papel na articulação dos povos do campo para reivindicar uma posição do Estado. Nos anos de 2001 e 2002, conquistas históricas foram alcançadas pelos movimentos sociais do campo, como resultado das lutas, articulações e encontros, instituem-se políticas públicas educacionais de extrema importância: as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo: Parecer no 36/2001 e a Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

EUROCENTRISMO, CATOLICISMO, URBANOCENTRISMO E RACISMO NO ENSINO TRADICIONAL

Além do genocídio em massa das populações nativas, da escravidão, do saque dos recursos naturais e da invasão de territórios indígenas, o processo de colonização no Brasil deixou graves consequências para a sociedade. O eurocentrismo, o catolicismo, o urbanocentrismo e o racismo estão enraizados nas relações sociais de tal forma que suas existências podem não ser perceptíveis. Isto também afeta os sistemas educacionais, onde a perspectiva eurocêntrica de produzir conhecimento é a predominante.

O colonialismo apagou a história e identidade de muitos povos tradicionais e abriu espaço para que o mundo pudesse ser visto com os olhos europeus. A história registrada nos livros didáticos ignora as particularidades de cada povo indígena e resume toda a sua história como os povos que viviam de forma não civilizada quando “os portugueses chegaram”. As religiões, línguas, costumes e tradições são desconhecidas no processo de ensino da história do Brasil, enquanto nomes europeus são protagonistas nas salas de aula. O epistemicídio também aconteceu com os povos originários do continente africano e de forma tão severa que um continente inteiro teve suas relações étnicas liquidadas a ponto de toda a população ser resumida em “africanos”.

A Igreja Católica desempenhou um papel determinante em aspectos políticos, sociais e culturais durante o período colonial, esta foi responsável por demonizar todas as religiões e crenças que estavam fora dos preceitos católicos. Dessa forma, os princípios morais, o calendário e a liberdade de manifestações religiosas foram constituídos a partir da atuação do catolicismo no Brasil Colônia. Nas escolas, festejos e feriados católicos são lembrados e comemorados todos os anos, diferentemente das religiões de matrizes africanas, portanto, o aluno que possui suas crenças na Umbanda, no Candomblé e no Tambor de Mina não tem a mesma liberdade de expressão religiosa dentro do ambiente escolar.

O conceito de civilização também resultou da invasão europeia no Brasil. A ideia de que o desenvolvimento está apenas no urbano e que o homem civilizado tem uma maneira correta de comportamento foi disseminada no processo de ensino, conseqüentemente, os conteúdos abordados em sala de aula ignoram todo o modo de vida e saberes do campo e somente citam o campo para associar ao atraso e miséria e o homem do campo como um ser não civilizado.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARA QUEM E PARA O QUE SERVE?

Segundo Fernandes (2008, p. 40), “temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais”. Desta forma, o campo estudado neste artigo é o do território do campesinato e viver neste campo, atualmente, é um ato político.

Desde que o capitalismo começou a se instalar no meio rural, a permanência do camponês foi afetada e quando este capitalismo tomou a forma do agronegócio, cada dia de vida campestre tornou-se dia de luta, a terra transformou-se em capital e a grande ameaça ao homem campestre habitou ao seu lado. Portanto, a educação do campo surgiu dos dias de luta pela existência, sobrevivência e resistência, como defende Roseli Caldart:

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a

afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. (CALDART, 2008, p. 71).

O capitalismo é perverso e capaz de assumir diversos formatos para ameaçar a permanência da vida no campo, ele está na mídia, nos latifundiários, nos madeireiros, na politicagem, na extração dos recursos naturais, na construção de estradas e ferrovias e no modelo de educação ruralista e urbanocentrista. Este modelo seguido por muitas escolas do meio rural e defendido por uma elite ruralista garante a “domesticação” do homem do campo, visto que sempre associa o campo a miséria, fome, ignorância e atraso e reforça a concepção de que só há vida digna nos centros urbanos.

Para além do cenário de lutas, o campo é um espaço que difere extremamente do urbano, tem suas dinâmicas e tempos distintos. O trabalho é feito entre a família ou entre a comunidade e sem a pressa da produção excessiva para o acúmulo de capital, o calendário do campo é construído com base nas plantações, colheitas, festejos, alagamentos ou secas. O espaço se organiza de formas específicas e as relações sociais são baseadas em outros princípios. Portanto, a aprendizagem não se faz somente no ambiente escolar, mas em todo o processo de vivência.

O camponês aprende com a terra, com o campo, com o rio, nas matas, no roçado, nas conversas com os colegas na empreitada diária. Trata-se de um aprendizado que não pode ser construído fora da prática. Não tem lição escrita em capítulos separados. Não é só aprendizagem técnica. É aprendizagem de relação, que se faz no compadrio, na caçada, no roçado, nas pescarias, nas festas de São João, no milharal, nos mutirões, no silêncio da noite, na espera da chuva. A filha caminhando com a mãe, olhando-a colher a cebola e o pimentão, o filho andando com o pai, vendo o pai negociar com o compadre, com o vizinho. Aprende-se ao longo da vida. (ALHEIT E DAUSIEN, 2006).

Os saberes do campo são outros e não estão no modelo eurocentrista, catolicista, urbanocentrista e racista do ensino tradicional, que exclui ou considera inferior estes conhecimentos. Destarte, a elaboração de uma educação específica e que respeite os processos de lutas e os saberes do campo é para o povo do campo e serve para a continuidade e a construção novas resistências.

A educação do campo é para que indígenas e quilombolas tenham a oportunidade de recontar suas histórias sem a concepção eurocentrista, de fortalecer suas identidades e para que suas crianças possam ter representatividade no ambiente escolar.

A educação do campo é para que as histórias de lutas dos povos campestres sejam trabalhadas nas escolas e reconhecidas como legítimas. É para revelar novos horizontes e possibilidades existentes no campo e que anulem toda a concepção preconceituosa da vida campestre.

É importante salientar o protagonismo dos povos do campo nos processos de luta por uma educação, pois, apesar de toda influência eurocentrista e urbanocentrista no processo de ensino, as resistências das Comunidades Tradicionais traçam caminhos para que a sejam aplicadas metodologias adequadas e adaptadas para a realidade da comunidade em questão. No Quilombo Nazaré, localizado no Território Quilombola Mariano dos Campo, no município de Serrano – MA, as crianças tinham que se locomover até a sede do município para frequentarem uma escola e, por conta disso, as professoras da comunidade passaram a educá-las dentro do território e de forma gratuita até que fosse construída e regulamentada uma escola dentro do próprio território.

No assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Abril Vermelho, localizado no município de Santa Bárbara do Pará, no Estado do Pará, ocorreu algo parecido: as crianças do assentamento estudavam na cidade e sofriam bullying por serem camponesas, por conta disso a Comunidade passou a reivindicar a construção de uma escola dentro do próprio assentamento. Após a escola ser implantada, parte dos alunos que se formam nela passa a lecionar e trabalhar na mesma, o que evita a fuga dos jovens para os centros urbanos.

A COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo deve ser construída em conjunto com a comunidade, pois esta exerce papéis fundamentais na formação das crianças e adolescentes. Logo, para dar início a este debate, é fundamental lembrar o que Paulo Freire esclarece acerca da necessidade que há de haver uma proximidade entre o professor e a realidade do aluno para o processo de ensino e aprendizagem:

A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. Já sei, não há dúvida, que as condições materiais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios. (FREIRE, 1996, p.51)

Educar consiste em orientar um aluno para que este possa viver em sociedade, entender a forma como ele está inserido nela, contribuir para o desenvolvimento

social e tornar-se um ser crítico. Entretanto, relações sociais variam em diversas escalas, portanto, é preciso compreender que o ato de ensinar não é uma receita pronta que pode ser utilizada em todos os contextos. Ao trazer este debate para educação do campo, entende-se que a figura do professor tem um papel fundamental e decisivo no processo de ensino e aprendizagem. Em grande parte das escolas no campo, os professores que atuam possuem uma formação pessoal e profissional de um centro urbano, desta forma, não conhecem as relações sociais estabelecidas fora do ambiente escolar. É preciso que este educador conheça a comunidade do aluno e sempre esteja aberto ao diálogo, já que o diálogo é a principal forma de aproximar-se de seus alunos. Além disto, o professor proveniente de um centro urbano nunca deve demonstrar-se superior ou detentor de todo o conhecimento em sala de aula, haja vista que isto poderá reforçar a ideia preconceituosa de que as pessoas do meio urbano possuem uma formação intelectual.

Em contrapartida, quando o professor é proveniente do campo, seja da mesma comunidade ou não, a proximidade entre o educador e o educando é maior, pois as experiências de vida que são passadas na sala de aula fazem parte do cotidiano do aluno.

A comunidade, além de ser o meio social, cultural, político e econômico do aluno, possui também uma função essencial para a construção da educação do campo: é na comunidade, nos mais velhos, que estão guardadas as histórias, as ancestralidades, os rituais religiosos, as tradições e os valores que não estão nos livros didáticos da educação tradicional. Assim, estes conhecimentos só podem ser inseridos no ambiente escolar se a comunidade fizer parte desta construção.

A Educação do Campo é positividade – a denúncia não é espera passiva, mas se combina com práticas e propostas concretas do que fazer, do como fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola. (CALDART, 2008, p. 71)

Os povos do campo reconhecem a educação como uma ferramenta indispensável para a resistência, por isto, lutam por uma educação do campo, entretanto, esta luta, em sua maioria, está acompanhada de ação. Entendendo a urgência de haver o ensino específico para o campo, muitas comunidades atuam de diversas formas para promover esta educação.

A visita de campo realizada no dia 12 de julho de 2019, na comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru Mirim – MA, demonstrou como ocorrem, na prática, as ações que promovem a educação do campo. A senhora Anacleta Pires¹, relatou as dificuldades em relação a educação, já que, até o dia da visita, os métodos utilizados na escola local ainda eram os tradicionais urbanocentristas.

Um dos principais problemas relatados por Anacleta foi a saída dos jovens da comunidade, visto que a educação não era adequada para sua realidade, logo, quando terminavam o ensino médio, eles migravam para os centros urbanos em busca de ingressarem em universidades ou no mercado de trabalho e, geralmente, não retornavam para Santa Rosa dos Pretos. Como solução, a comunidade organizou um seminário para orientar os professores que vinham do meio urbano (apenas na educação infantil as professoras eram locais) sobre como devem trabalhar os conteúdos baseados na realidade vivida pelos alunos da comunidade. O evento aconteceu em agosto de 2019 e obteve sucesso.

EDUCAR PARA NÃO MIGRAR

A vida no campo é de resistência e permanecer, muitas vezes, não é uma opção. O êxodo rural ocorre por diversos motivos e a ausência de uma educação do campo também causa a migração para o meio urbano. Apesar de tantas outras razões afetarem a permanência no campo, a discussão acerca da ausência da educação precisa ocorrer, pois a sua principal função valorizar a vida campestre e construir novos horizontes para o campo.

Dessa forma, alguns obstáculos precisam ser enfrentados. Todos os dias, muitos alunos precisam caminhar quilômetros e quilômetros até o município mais próximo para ter acesso à educação, entretanto, o percurso tão difícil causa a desistência dos alunos. Quando os alunos do campo são inseridos no modelo tradicional de ensino, são expostos a ideias preconceituosas que ferem suas relações com o campo.

Os conteúdos trabalhados em sala retratam o campo como um lugar de atraso, onde o desenvolvimento chega aos poucos e com a construção de estradas e ferrovias, com a instalação de grandes empresas, porém, é este desenvolvimento que ameaça a continuidade das comunidades. O retrato do homem do campo é sempre de um ser ignorante, miserável e que tem um trabalho muito difícil na agricultura, todavia, este retrato não representa os pais e vizinhos dos alunos. A linguagem popular utilizada no cotidiano das comunidades também é motivo de piadas, sendo ridicularizada em livros, filmes, novelas.

A exclusão do campo ocorre de diversas formas na educação tradicional, seja no posicionamento dos professores, nos livros didáticos, nas paredes da escola, nas festinhas comemorativas ou no fato de alunos precisarem se deslocar de forma desumana para ter acesso ao ensino público. Desta forma, a ausência da educação do campo resulta no êxodo rural, haja vista que estes alunos, ao serem educados pelo modelo tradicional, perdem seus laços com a comunidade em que vivem e são induzidos a acreditar que migrar para os centros urbanos é a melhor forma de garantir uma vida boa.

CONCLUSÃO

O campo não é sinônimo de ignorância, atraso, miséria e fome e nem o lugar que oferece uma vida ruim como retratado no modelo tradicional de ensino. O campo

possui outras perspectivas de relações sociais, políticas, econômicas e culturais e reconhecer isto é o passo principal para a construção da educação do campo.

A escola do campo é de grande importância para a concretização dos saberes do campo e para a construção dos processos de resistência, portanto, no atual cenário em que o meio rural brasileiro se encontra, a instalação desta é de extrema urgência e legítima. As comunidades exercem um papel fundamental não somente na reivindicação pela educação do campo, mas também na sua construção, pois além dos conhecimentos acerca dos anos de luta, das histórias, do trabalho, da ancestralidade e das tradições que devem ser inseridos no ambiente escolar, elas atuam por meio de intervenções para garantir às crianças e jovens o direito de uma formação adequada. Desta forma, é possível compreender o quão indispensável a educação do campo é para a construção de novos horizontes e para a permanência da vida no campo.

REFERÊNCIAS

BREITENBACH, Fabiana Vanessa. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA QUE SE ESCREVE ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], ed. 121, 2011.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; FRIGOTTO, Paulo Alentejano Gaudêncio. **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. São Paulo: [s. n.], 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO Presidente da Câmara de Educação Básica. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1**, [S. l.], 2002.

CORDEIRO, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo. ENSINO DE GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MODERNIDADE, SUBALTERNIDADE E RESISTÊNCIA. **Revista Tamoios**, [s. l.], 2009.

COSTA, Wanderson Rodrigo Pinto. **O ENSINO DE GEOGRAFIA NA ESCOLA CASA FAMILIAR RURAL DE SÃO LUÍS-MA: DESAFIOS E METODOLOGIAS**. Orientador: Prof. Dra Roberta Maria Batista de Figueiredo. 2019. Monografia (Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

DA SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes; NETTO, Mário Borges. POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: PERCURSOS HISTÓRICOS E POSSIBILIDADES. **Entrelaçando -Revista Eletrônica de Culturas e Educação Caderno temático: Cultura e Educação do Campo**, [s. l.], 2011.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS: Entrevista com Bernardo Mançano Fernandes, por Graziela Rinaldi da Rosa. **Reflexão & Ação**, [s. l.], 2014.

MEDEIROS, Emerson Augusto; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. **EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FORMAÇÃO**. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. **CONTRIBUIÇÕES DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES**. São Paulo, 2017.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. EDUCAÇÃO DO CAMPO, HISTÓRIA, PRÁTICAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES - REFLEXÕES SOBRE O PRONERA E PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, 2014.

NETO, Luiz Bezerra. EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO NO CAMPO? **Revista HISTEDBR**, Campinas, 2010.

PEREIRA, Gladyson Stelio Brito. **O EUROCENTRISMO E O URBANOCENTRISMO NA HISTÓRIA E NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. [s. l.], 2014.

SODRÉ, Maria Dorath Bento; NASCIMENTO, Antônio Dias. PROBLEMATIZANDO A IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, 2012.

TEIXEIRA, Christiano Corrêa. **A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES**. Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 20 dez. 1996.

Contato com o autor: Ana Beatriz Rocha Moreno <aliceamum12@gmail.com>

Recebido em: 25/03/2020

Aprovado em: 11/09/2020

i Graduada em Pedagogia da Terra, Liderança do Quilombo Santa Rosa dos Pretos – Itapecuru Mirim/MA.